

Sumário

Palavras Prévias – 11ª edição (a Reforma do Código Civil no Anteprojeto do Senado: contexto e sugestões de mudanças)	21
Apresentação	31
Prefácio	33
Capítulo I ► Introdução ao Direito das Sucessões	35
1. A sucessão enquanto fenômeno jurídico.....	36
2. objeto da sucessão hereditária (<i>causa mortis</i>): a transmissão patrimonial.....	38
2.1. A transmissão das relações jurídicas patrimoniais em razão da morte do titular e a não transmissão das relações personalíssimas.....	38
2.2. Exceções à regra geral da transmissibilidade das relações patrimoniais	40
2.3. A questão da (in)transmissibilidade dos alimentos no campo sucessório.....	44
2.4. A situação especial das obrigações <i>propter rem</i>	47
2.5. Contas bancárias conjuntas	48
2.6. Seguro de vida.....	49
2.7. A herança digital: a interessante transmissão dos bens digitais.....	50
2.8. As milhas aéreas, as pontuações de programas de fidelidade e a sucessão do titular.....	54
3. O direito das sucessões	56
3.1. O Direito Civil entrecortado pela norma constitucional: a dignidade humana como motor de impulsão da ordem jurídica.....	56
3.2. A sucessão na perspectiva constitucional	57
3.3. O Direito das Sucessões na perspectiva de inclusão e garantismo do Direito das Famílias e um histórico desalinhamento entre as relações familiares e sucessórias.....	58
3.4. Noções conceituais sobre o Direito das Sucessões a partir da propalada bipartição das normas jurídicas (normas-regras e normas-princípios).....	60
3.5. A função social da sucessão.....	62
3.6. Fundamentos justificadores do Direito das Sucessões	64
3.7. Conteúdo do Direito das Sucessões.....	66
4. Terminologias essenciais.....	67
4.1. Autor da herança ou <i>de cujus</i>	67
4.2. Sucessor: herdeiro ou legatário.....	68
4.3. Herdeiro legítimo (necessário ou facultativo) e herdeiro testamentário	69
4.4. A legítima (garantia mínima reservada aos herdeiros necessários) em uma necessária visão crítica.....	73
4.4.1. Noções gerais sobre a legítima.....	73
4.4.2. Fundamentação da legítima e os seus diferentes tratamentos jurídicos.....	74
4.4.3. Cálculo da legítima.....	77
4.4.4. Proposições para a mitigação da legítima através da técnica de derrotabilidade das normas-regras.....	78
4.4.5. A preservação da legítima e a doação inoficiosa.....	82

4.4.6. A possibilidade de renúncia antecipada à legítima em contratos de casamento ou união estável	85
4.5. Herdeiro universal	86
4.6. Herança e espólio	87
4.7. Herança e meação.....	89
4.8. Herança e a aceitação com benefício de inventário	90
4.9. Inventário e partilha	91
5. A desconsideração da personalidade jurídica no Direito das Sucessões	93
6. O planejamento sucessório	98

Capítulo II ► Elementos genéricos do Direito das Sucessões (a sucessão em geral) 107

1. Linhas gerais sobre a morte	108
1.1. Prolegômenos sobre os efeitos jurídicos decorrentes da morte	108
1.2. A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro	110
1.3. A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência)	112
1.4. O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou <i>living will</i>)	115
1.5. A comoriência	122
1.6. A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial	125
2. A transmissão automática da herança (abertura da sucessão).....	132
2.1. A abertura da sucessão	132
2.2. Outros efeitos decorrentes da transmissão automática (saisine)	138
2.2.1. Generalidades.....	138
2.2.2. Fixação da norma material sucessória.....	138
2.2.3. Verificação da legitimação sucessória.....	141
2.2.4. O cálculo da legítima	142
2.3. O lugar da sucessão e as regras de competência para processar e julgar o inventário e a incidência da norma sucessória mais favorável ao herdeiro brasileiro	146
3. A ordem de vocação hereditária e a legitimação para suceder.....	152
3.1. Prolegômenos sobre a legitimação sucessória.....	152
3.2. Momento para a aferição da legitimação sucessória.....	154
3.3. A legitimação para suceder no Código Civil e a tutela sucessória do nascituro e do embrião laboratorial.....	155
3.4. Legitimação para suceder por testamento.....	161
3.5. A falta de legitimação para a sucessão testamentária	165
4. A indignidade e a deserdação.....	173
4.1. Noções gerais e lineamento histórico sobre a indignidade e a deserdação	173
4.2. Natureza jurídica da indignidade e da deserdação	174
4.3. A questão do reconhecimento judicial	176
4.4. Efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da indignidade e da deserdação.....	178
4.5. O indigno ou deserdado como um herdeiro aparente e a proteção de terceiros de boa-fé	181
4.6. A indignidade	182
4.6.1. Generalidades	182
4.6.2. Pontos de afinidade entre a indignidade e a deserdação	184
4.6.3. Distinção comparativa entre indignidade e deserdação.....	185

4.6.4.	A (não) taxatividade das hipóteses de indignidade previstas em lei (CC, art. 1.814): a questão da interpretação restritiva das hipóteses de indignidade e a tese da tipicidade finalística	186
4.6.5.	Hipóteses de cabimento	192
4.6.6.	Reabilitação do indigno (perdão do ofendido)	199
4.7.	A deserdação	203
4.7.1.	Noções gerais	203
4.7.2.	Alcance subjetivo da deserdação: os herdeiros necessários.....	205
4.7.3.	Pressupostos da deserdação.....	210
4.7.4.	Causas deserdativas dos herdeiros necessários	214
4.7.5.	A deserdação <i>bona mente (pro bono)</i>	221
4.7.6.	O perdão do ofendido (reabilitação do deserdado).....	223
5.	A cessão de direitos hereditários (cessão de herança)	223
5.1.	Noções conceituais sobre a cessão de direitos hereditários.....	223
5.2.	Direito de preferência ou prelação (preempção) e o procedimento da ação de preferência.....	225
5.3.	Requisitos para a cessão de direitos hereditários.....	235
5.4.	Extensão das responsabilidades do cedente e do cessionário.....	239
5.5.	Efeitos da cessão de direitos hereditários	241
6.	A aceitação da herança	242
6.1.	Breve esboço histórico.....	242
6.2.	Noções conceituais	243
6.3.	Aceitação da herança com benefício de inventário	245
6.4.	Natureza jurídica da aceitação e as suas características (irrevogabilidade e irretroatividade)	246
6.5.	Integralidade da aceitação	249
6.6.	Formas de aceitação da herança.....	250
6.7.	Direito de deliberar sobre a aceitação da herança	252
7.	A renúncia da herança.....	255
7.1.	Generalidades e noções conceituais	255
7.2.	Requisitos da renúncia da herança.....	257
7.3.	Efeitos da renúncia da herança.....	261
7.4.	Natureza jurídica e características (a irrevogabilidade e anulabilidade da renúncia).....	264
7.5.	Impossibilidade de prejuízo aos credores do renunciante (limitações à liberdade de renunciar).....	265
7.6.	Descaracterização da renúncia (inadmissibilidade de renúncia translativa)	269
8.	A petição de herança	270
8.1.	Noções gerais sobre a petição de herança.....	270
8.2.	Natureza jurídica da ação de petição de herança	273
8.3.	Legitimados para a ação de petição de herança	275
8.4.	O objeto da petição de herança.....	277
8.5.	A prescritebilidade da pretensão de petição de herança.....	278
8.6.	Efeitos da petição de herança	284
8.7.	A petição de herança e o herdeiro aparente.....	286

Capítulo III ► A sucessão legítima (a sucessão operada por força de lei) 291

1. Noções gerais e históricas sobre a sucessão legítima.....	292
2. A ordem de vocação hereditária como referência da sucessão legítima.....	296
3. A herança jacente e a herança vacante.....	305
3.1. Generalidades: a sucessão sem herdeiro legítimo ou instituído (testamentário)	305
3.2. A herança jacente	307
3.3. A herança vacante.....	308
3.4. Abertura simplificada da vacância	311
3.5. Direito de cobrança de créditos	311
4. A sucessão por direito próprio (por cabeça) e a sucessão por representação (por estirpe).....	312
4.1. Noções gerais sobre a sucessão por direito próprio e a sucessão por representação	312
4.2. Fundamentos da sucessão por representação	314
4.3. Campo de aplicação da sucessão por representação.....	314
4.4. Linhas de incidência da sucessão por representação.....	316
4.5. Uma proposta interpretativa: sucessão por representação em caso de comoriência entre pais e filhos.....	318
4.6. Pressupostos para a sucessão por representação	319
4.7. Efeitos da sucessão por representação	321
5. A sucessão dos descendentes	322
5.1. Generalidades sobre a sucessão dos descendentes.....	322
5.2. Regras fundamentais norteadoras da sucessão dos descendentes.....	323
5.3. A sucessão dos descendentes e a tese da pluripaternidade	327
6. A sucessão dos ascendentes.....	329
7. A sucessão do cônjuge.....	333
7.1. Generalidades sobre a sucessão do cônjuge.....	333
7.2. A sucessão do cônjuge na sistemática do Código Civil	337
7.3. A exclusão sucessória do cônjuge na hipótese de separação de fato, independentemente de lapso temporal.....	340
7.4. A suposta (e inexistente) concorrência sucessória entre o cônjuge sobrevivente e o companheiro supérstite.....	343
7.5. A concorrência do cônjuge ou companheiro com os descendentes do autor da herança.....	344
7.5.1. Fundamentos da concorrência entre o cônjuge ou companheiro e os descendentes	344
7.5.2. A correlação entre a concorrência sucessória do cônjuge ou companheiro e dos descendentes e o regime de bens do casamento do falecido (hipóteses de exclusão do direito à herança).....	345
7.5.3. A ilógica concorrência do cônjuge ou companheiro em regime de separação absoluta de bens com os descendentes do falecido.....	350
7.5.4. Base de cálculo do direito hereditário do cônjuge ou companheiro na concorrência com os descendentes	358
7.5.5. Percentual sucessório cabível ao cônjuge ou companheiro na concorrência com os descendentes.....	360
7.6. A concorrência do cônjuge ou companheiro com os ascendentes do autor da herança	362
7.7. O cônjuge ou companheiro como herdeiro universal (sucessão do cônjuge sem concorrência)	365
7.8. O direito real de habitação do cônjuge ou companheiro	367

8. A sucessão do companheiro	374
8.1. Breve esboço evolutivo da união estável: vencendo um histórico de desigualdades	374
8.2. A necessidade de compreensão da norma sucessória da união estável em conformidade com a arquitetura constitucional da matéria	377
8.3. O sistema sucessório da união estável na redação originária do Código Civil.....	380
8.4. O reconhecimento da inconstitucionalidade do sistema sucessório do companheiro e a aplicação das regras hereditárias do cônjuge	382
8.5. Críticas (merecidas) ao sistema sucessório do casamento e da união estável consagrado pelo Supremo Tribunal Federal	387
8.6. Necessidade de prova da qualidade de companheiro para a reclamação de direitos sucessórios.....	389
8.7. Inexistência de concorrência entre o companheiro e os colaterais.....	390
8.8. O caráter residual da herança jacente e vacante e a não concorrência entre o companheiro e a Fazenda Pública.....	391
8.9. O direito real de habitação do companheiro sobrevivente	393
8.10. O concubinato, a união estável putativa e a (in)existência de direito sucessório	395
8.11. Regra de transição para a aplicação do sistema sucessório do casamento na união estável.....	399
9. A sucessão dos colaterais	402

Capítulo IV ► A sucessão testamentária (a sucessão de acordo com a vontade do titular do patrimônio)..... 407

1. Lineamentos sobre o testamento.....	408
1.1. Breve esboço evolutivo	408
1.2. A pouca utilização prática da sucessão testamentária.....	411
1.3. A liberdade de dispor sob a perspectiva civil-constitucional e a (im)possibilidade de renúncia antecipada à herança.....	413
2. Noções conceituais, objeto e características do testamento	415
2.1. Noções conceituais sobre o testamento	415
2.2. O objeto do testamento e as possibilidades de outras disposições de vontade	417
2.3. A função promocional do testamento (possibilidade de disposições existenciais em testamento): atos de disposição do próprio corpo, disposições de carga genética e manifestações literárias biográficas post mortem.....	418
2.4. A natureza não testamentária do testamento vital (<i>living will</i> ou diretivas antecipadas).....	422
2.5. Características fundamentais do testamento.....	425
2.6. A proibição do pacto sucessório.....	430
3. Capacidade testamentária	432
3.1. Lineamentos gerais.....	432
3.2. A capacidade testamentária ativa (legitimação para testar).....	433
3.3. Momento de verificação da capacidade testamentária ativa	439
3.4. A capacidade testamentária passiva (a legitimação para suceder)	440
3.5. Prazos especiais para a impugnação do testamento e das cláusulas testamentárias (regras testamentárias distintas da teoria geral dos negócios jurídicos)	440
4. As diferentes formas testamentárias	443
4.1. Referências gerais e a necessidade de aproveitamento da vontade, com eventual mitigação das formalidades testamentárias	443

4.2. O testamento elaborado por meio eletrônico	447
4.3. As testemunhas testamentárias	448
4.4. Testamento público	451
4.5. Testamento cerrado, secreto ou místico.....	456
4.6. Testamento particular ou holografo (inteiramente escrito pelo testador)	460
4.7. Testamentos especiais: marítimo/aeronáutico	464
4.8. Testamentos especiais: militar.....	466
4.9. A exigência de prévia chancela judicial para o cumprimento de testamentos	468
4.10. A cláusula geral de possibilidade de celebração de negócio jurídico atípico pelos interessados com alteração do procedimento e a sua aplicação à facilitação da ação de cumprimento de testamento	471
4.11. A possibilidade de alteração do procedimento sucessório de cumprimento de testamento e de inventário	473
5. O codicilo.....	477
5.1. Prolegômenos	477
5.2. Noções conceituais	478
5.3. Objeto do codicilo.....	480
5.4. Revogação do codicilo	482
6. As cláusulas testamentárias.....	483
6.1. Introdução: as disposições testamentárias.....	483
6.2. A nulidade das cláusulas derogatórias	484
6.3. Cláusulas testamentárias submetidas aos elementos acidentais (condição, termo e encargo)	485
6.4. Interpretação das disposições testamentárias	490
6.5. Invalidez das disposições testamentárias	492
6.6. Nomeação por certo motivo.....	499
6.7. Cláusulas testamentárias restritivas	500
6.7.1. Generalidades	500
6.7.2. Extensão do poder de clausular do testador: a parte disponível e a legítima.....	503
6.7.3. Mitigação das cláusulas restritivas	508
6.7.4. Extensão temporal da cláusula restritiva.....	511
7. A redução das cláusulas testamentárias	512
8. O direito de acrescer.....	516
8.1. Lineamento da matéria.....	516
8.2. O direito de acrescer no campo sucessório	518
8.3. Condições exigidas para o direito de acrescer entre coerdeiros.....	520
8.4. Condições exigidas para o direito de acrescer entre colegatários.....	522
8.5. Direito de acrescer no legado de usufruto.....	523
9. O testamenteiro	524
9.1. Noções gerais	524
9.2. Funções do testamenteiro	526
9.3. Aceitação do encargo pelo testamenteiro	528
9.4. Remuneração do testamenteiro.....	529
10. A substituição testamentária	531
10.1. Prolegômenos sobre a possibilidade de substituição testamentária	531
10.2. Espécies de substituição testamentária previstas no direito brasileiro.....	532

10.3. A substituição vulgar ou ordinária	532
10.4. A substituição recíproca.....	534
10.5. A substituição fideicomissária.....	535
11. Invalidez, caducidade, revogação e rompimento do testamento	539
11.1. Noções gerais sobre a extinção do testamento	539
11.2. Extinção do testamento por invalidez.....	540
11.3. Caducidade do testamento.....	545
11.4. Revogação do testamento.....	546
11.5. Rompimento do testamento.....	549

Capítulo V ► Inventários e partilhas: aspectos materiais e processuais 553

1. Noções gerais sobre o inventário	554
2. O procedimento de inventário.....	556
2.1. O procedimento contencioso de inventário.....	556
2.2. O inventário negativo.....	557
2.3. Os diferentes procedimentos de inventário (as técnicas procedimentais sucessórias)	560
2.4. O procedimento tradicional de inventário	561
2.5. O arrolamento sumário.....	562
2.6. O arrolamento comum (ou arrolamento sumaríssimo).....	565
2.7. O inventário extrajudicial (inventário em cartório).....	568
2.8. O alvará judicial	575
2.9. A partilha por ato entre vivos (a partilha em vida).....	579
3. Competência.....	582
4. Prazo de abertura.....	587
5. Legitimidade para a abertura do inventário	588
6. Valor da causa e custas processuais.....	592
7. O juízo universal do inventário e as questões que dispõem de prova documental	593
8. O inventariante	596
8.1. Noções gerais	596
8.2. A nomeação do inventariante.....	599
8.3. A inventariança e a representação do espólio.....	602
8.4. As atribuições	604
8.5. A remoção e a destituição do inventariante.....	607
9. O procedimento (comum) de inventário.....	610
9.1. Generalidades e a possibilidade de designação de audiência em nome da diretriz da consensualidade.....	610
9.2. Petição inicial.....	611
9.3. As primeiras declarações e as cientificações (citações e intimações)	612
9.4. Intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica (custos juris).....	614
9.5. Impugnações.....	616
9.6. Avaliações e a possibilidade de produção antecipada de prova, prova emprestada e aplicação da teoria da carga dinâmica probatória	617
9.7. As últimas declarações e o recolhimento tributário.....	621
9.8. Pagamento das dívidas do falecido e a (im)possibilidade de cobrança de indenização por uso exclusivo de bem comum do espólio por um dos coerdeiros	625

9.9. Usucapião entre coerdeiros? E a gestão de negócios?	630
9.10. Sonegados	632
9.11. Colação e redução das doações inoficiosas	636
9.11.1. Generalidades	636
9.11.2. Alcance subjetivo da colação (quem está obrigado a colacionar?)	639
9.11.3. Cálculo do valor do bem a ser colacionado.....	641
9.11.4. Dispensa da colação (doação no limite da cota disponível ao titular).....	645
9.11.5. A doação remuneratória de ascendente para descendente: critério finalístico....	647
9.12. A partilha	649
9.12.1. Noções conceituais	649
9.12.2. Espécies de partilha	651
9.12.3. A anulação e a rescisão da decisão de partilha.....	654
9.12.4. O cabimento da emenda da partilha.....	658
9.12.5. A sobrepartilha sucessória (prospectiva e retrospectiva).....	660
9.12.6. A eventual necessidade de garantia dos quinhões hereditários	664
Bibliografia	667